



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

8

**ACÓRDÃO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO  
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA  
REGISTRADO(A) SOB Nº



03417578

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0000834-04.2009.8.26.0126, da Comarca de Caraguatatuba, em que é apelante ODAIR JOSÉ DE JESUS (JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelado CONSTRUTORA REMO LTDA.

**ACORDAM**, em 33ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, VENCIDO REVISOR, QUE DECLARA O VOTO. DECLARA O VOTO VENCEDOR O 3º JUIZ.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores SÁ DUARTE (Presidente) e LUIZ EURICO.

São Paulo, 2 de maio de 2011.

  
**CRISTIANO FERREIRA LEITE**  
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

33ª CÂMARA

Apelação com Revisão n. 0000834-04.2009.8.26.0126

Apelante: Odair José de Jesus

Apelada: Construtora Remo

Comarca: Caraguatatuba

**Voto n. 18.357**

**Ação de reparação de danos - Acidente de veículo - Responsabilidade Civil - Acidente ocorrido em 4.6.02 - Prescrição - Reconhecimento - Exegese do art. 206, §3º, V, do Código Civil - Inaplicabilidade da Súmula 278, do STJ, já que a ação não diz respeito à cobrança de seguro obrigatório - Sentença mantida - Recurso improvido.**

Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais, decorrente de acidente de veículo, ajuizada por Odair José de Jesus em face de Construtora Remo Ltda., que a r. sentença (fls. 257/259), cujo relatório é no mais adotado, julgou extinta, com base no art. 269, IV, do CPC.

A ré opôs embargos de declaração, que foram acolhidos para fazer constar da parte dispositiva da sentença a fixação de honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa (fls. 270).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

33ª CÂMARA

Irresignado o autor apelou, para insistir no argumento de que inocorreu prescrição de seu direito, tendo em vista que, apesar de o acidente ter ocorrido em junho de 2004, somente em 12.6.07 é que teve a definição de seu quadro clínico, ou seja, quando restou evidenciada a lesão incapacitante permanente. Pugnou pela aplicação da Súmula 278, do STJ, ao caso vertente.

O recurso foi recebido e regularmente processado, com a resposta.

É o relatório.

Correta a sentença, não merecendo qualquer reparo.

É certo que na data em que o acidente ocorreu (4.6.04), já se encontrava em vigor o Código Civil de 2002.

A ação diz respeito à responsabilidade civil, decorrente de ato ilícito. Trata-se, pois, de ação de cunho pessoal, o que conduz à aplicação do preceito insculpido no art. 206, §3º, V do referido Diploma Legal, que determina a contagem do prazo prescricional da data do evento danoso, ou seja, do acidente, posto que a partir daí nasceu o direito ao pretendido ressarcimento.

Assim, a apuração da responsabilidade civil pelo cometimento do ilícito perpetrado pelo apelado independe da data do laudo médico dando notícia de que o autor possuía seqüela definitiva.

Como bem observou o magistrado sentenciante, "...o prazo prescricional nasce quando da violação da pretensão. O autor foi vítima do acidente no dia 4.6.2004. A partir desta data já tinha ciência da extensão de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

33ª CÂMARA

*sua lesão, tanto que iniciou intenso tratamento médico, consistente em sessões de fisioterapia, dentre outros. No dia 29/06/2004...o autor protocolou requerimento de auxílio doença em decorrência da lesão sofrida, fato que demonstra, desde esta data, já ter inequívoca ciência da extensão dos danos sofridos..." (fls. 258/259).*

Ao contrário do raciocínio do apelante, o início do cômputo do prazo prescricional, nos casos de acidente de veículo é a data do fato, ou seja, dia 4.6.2004, conforme descrito na Inicial.

A ação foi proposta no dia 3.2.2009.

Destarte, de rigor o reconhecimento da prescrição quanto ao acidente descrito.

De outra parte, inaplicável ao caso em comento a Súmula 278, do STJ, posto que a presente demanda não objetiva a cobrança de seguro obrigatório.

Isto posto, nego provimento ao recurso, mantida a respeitável sentença, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

CRISTIANO FERREIRA LEITE  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**SÃO PAULO**  
**SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO - 33ª CÂMARA**

**APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0000834-04.2009.8.26.0126**

**COMARCA: CARAGUATATUBA**

**APELANTE: ODAIR JOSÉ DE JESUS**

**APELADA: CONSTRUTORA REMO LTDA.**

**VOTO Nº 18.824**

*Com todo respeito, o apelo merece provimento.*

Isto porque do acidente em questão restou instaurado procedimento criminal em face do preposto da apelada, EZEQUIEL SANTOS, condutor do caminhão envolvido no acidente, acidente este que provocou a morte do condutor da motocicleta em que era transportado o apelante.

Por sentença de 15.07.2010, nos autos do processo nº 126.01.2004.006828-4, da Primeira Vara da Comarca de Caraguatatuba, foi julgada extinta a punibilidade do acusado EZEQUIEL SANTOS, por força da prescrição. Nesse sentido a consulta que fiz ao site do Tribunal, a 30.03.2001, às 11:15 hs.

Pois bem, dispõe o artigo 200, do Código Civil de 2002, que "quando a ação se originar de fato que deve ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva".

É exatamente essa a situação com que se defronta nestes autos.

Portanto, força concluir que ao tempo da propositura desta ação indenizatória pelo apelante, sequer estava correndo o prazo da prescrição, por isso que, com a devida vênia, não pode prevalecer o que ficou decidido em primeiro grau.

De rigor, por isso, o provimento da apelação para, anulada a sentença, em consequência do não reconhecimento do decurso do lapso prescricional, outra seja proferida para solução das demais questões debatidas, posto que ausente a hipótese legal permissiva do seu julgamento pelo Tribunal desde logo.

É como voto.

**SÁ DUARTE**  
Revisor





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**SÃO PAULO**  
**Seção de Direito Privado - 33ª Câmara**

**APELAÇÃO Nº 0000834-04.2009.8.26.0126**

**APELANTE: ODAIR JOSÉ DE JESUS**

**APELADA: CONSTRUTORA REMO LTDA**

**ORIGEM: COMARCA DE CARAGUATATUBA**

**RELATOR: Des. CRISTIANO FERREIRA LEITE**

**VOTO Nº: 18357**

**REVISOR: Des. SÁ DUARTE**

**VOTO Nº 18824**

**TERCEIRO JUIZ: Des. LUIZ EURICO**

**VOTO Nº 14507**

**VOTO VENCEDOR**

Com a devida vênia, acompanho o Relator.

A redação do art. 200 do CC indica que a instauração da demanda civil depende de apuração de fatos na esfera criminal.

Tal ocorre quando há dúvida quanto à existência do fato lesivo, ou sua autoria.

Tratando-se de acidente de trânsito, a responsabilidade civil inerente ao dano que daquele advém independe da responsabilidade penal. Permite-se, assim, que a demanda de indenização tenha evolução, independentemente da condenação criminal do autor do dano.



Disso decorre que não há óbice ao curso do prazo prescricional, cabendo ao titular do direito o exercício da ação civil, dentro do prazo que lhe é outorgado pela lei.

Nego, pois, provimento à apelação.

Assinatura manuscrita de Luiz Eurico, com uma linha decorativa ondulada acima dela.

**LUIZ EURICO**  
**TERCEIRO JUIZ**